

- and philosophy". *The Philosophical Review*, 97 (4): 543-564.
- DESTREÉ, Pierre. (1993), "Resenha de *The fragility of goodness: luck and ethics in greek tragedy and philosophy*". *Revue Philosophique de Louvain*, 91 (89): 138-140.
- IRWIN, T. H. (1988), "Resenha de *The fragility of goodness: luck and ethics in greek tragedy and philosophy*". *The Journal of Philosophy*, 85 (7): 376-383.
- KNOX, Bernard. (1986), "Theater of ethics" (resenha de *The fragility of goodness. Luck and ethics in greek tragedy and philosophy*). *The New York Review of Books*, 33 (19). Disponível em <<http://www.thegreatideas.org/95w/TGIO276.pdf>>, acessado em 9/9/ 2011.
- NUSSBAUM, Martha. (2001), *The fragility of goodness: luck and ethics in greek tragedy and philosophy*. 2. ed. Cambridge, Cambridge University Press.
- TAYLOR, Charles. (1988), "Critical notice" (resenha de *The fragility of goodness: luck and ethics in greek tragedy and philosophy*). *Canadian Journal of Philosophy*, 18 (4): 805-814.
- WHITE, Nicholas P. (1988), "Rational self-sufficiency and Greek ethics" (resenha de *The fragility of goodness: luck and ethics in greek tragedy and philosophy*). *Ethics*, 99 (1): 136-146.
- WILLIAMS, Bernard. (1981), *Moral luck*. Cambridge, Cambridge University Press.
- WOODRUFF, Paul B. (1989), "Resenha de *The fragility of goodness: luck and ethics in greek tragedy and philosophy*". *Philosophy and Phenomenological Research*, 50 (1): 205-210.

**BERNARDO FERREIRA**  
**é professor da área de Ciência Política**  
**no Departamento de Ciências Sociais**  
**da Universidade do Estado do Rio de**  
**Janeiro (UERJ).**  
**E-mail: <bferreira@openlink.com.br>.**

### ***“Vínculos” e “nós” no centro da explicação da pobreza urbana***

Eduardo Cesar MARQUES. *Redes sociais, segregação e pobreza*. São Paulo, Editora da Unesp/Centro de Estudos da Metrópole, 2010. 216 páginas.

Sandra Gomes

O livro *Redes Sociais, Segregação e Pobreza*, de Eduardo Marques, traz um novo olhar sobre a questão da produção e reprodução da pobreza urbana no contexto das cidades contemporâneas. Partindo do entendimento de que a pobreza é fenômeno multi-dimensional, ou seja, não se trata apenas de ausência ou insuficiência de renda como também diz respeito ao “acesso aos mais importantes benefícios das sociedades urbanas modernas” (p. 30), o estudo introduz um novo elemento analítico às discussões clássicas sobre a questão: as relações sociais como condicionantes da integração social de um indivíduo.

A partir de uma revisão crítica de conceitos atrelados de diferentes maneiras à questão da pobreza – como estrutura de oportunidades, efeitos de vizinhança, segregação residencial, capital social e redes sociais –, o autor apresenta o eixo norteador do livro. O estudo propõe-se a abrir a “caixa-preta” de um dos mecanismos explicativos das condições de vida de um indivíduo: as redes sociais. Para isto, o autor adota uma estratégia de pesquisa que combina análises quantitativas com qualitativas. Num primeiro momento, apresenta medidas sobre as redes pessoais dos indivíduos em situação de pobreza – lançando mão de sociogramas como ferramenta metodológica –, de forma a caracterizá-las e verificar quais as associações existentes entre essas e outros indicadores socioeconômicos. Num segundo momento, emprega-se uma análise de cunho mais qualitativo – entrevistas em profundidade – que permite compreender como as redes sociais efetivamente afetam as trajetórias de vida dos indivíduos.

Como o autor chama a atenção inúmeras vezes, tal procedimento visa a extrapolar o uso metafórico de redes sociais presente em parte do debate associado à pobreza, como, por exemplo, nas discussões que revisa sobre o conceito de capital social. Além disso, faz uma crítica muito pertinente à boa parte da literatura que discute os “efeitos de vizi-

nhança” – associados aos estudos sobre a segregação residencial –, que tende a adotar uma lógica quase determinística ao assumir que indivíduos que residem em locais segregados estariam necessariamente desprovidos de certas estruturas de oportunidade. Marques não ignora essas premissas, mas as põe em xeque ao apresentar os resultados de suas análises empíricas. Afinal, como o autor bem lembra, a sociabilidade humana é um aspecto muito mais complexo do que mera aproximação espacial.

Para o teste empírico foram selecionados 209 indivíduos em situação de pobreza residentes em diferentes territórios das “periferias” da Grande São Paulo. O entre aspas aqui não é acidental, já que o autor parte dos achados de estudos anteriores que indicam existir diferentes condições de vida no interior do espaço urbano, abandonando, portanto, a proposição de que haveria apenas uma periferia homogênea com relação a seus conteúdos de privação social, econômica, de acesso a serviços públicos, mercado de trabalho etc. Para dar conta desta heterogeneidade de situações de pobreza na maior metrópole do país, o autor seleciona sete locais para investigação, cada um deles com suas histórias de formação próprias: favelas com diferentes formas de inserção (isto é, níveis de segregação residencial) e níveis de precariedade urbana, uma periferia criada pelas mãos do Estado (Cidade Tiradentes) e o caso específico dos moradores de cortiços na região central do município de São Paulo. Como medida comparativa, as redes sociais de trinta indivíduos de classe média também compõem o arsenal metodológico do estudo.

Do ponto de vista analítico, portanto, o estudo não parte de uma premissa dada de que as redes de sociabilidade importam para a produção e reprodução da pobreza. Traz para o teste empírico essa própria premissa, ou seja, verificar se as redes sociais importam. Assim, não assume de antemão que indivíduos pobres têm todos uma rede social menos densa, extensa etc., demonstrando empiricamente que há diferentes tipos de redes mesmo entre os mais pobres, a despeito do fato de haver, sim, diferenças marcantes com relação às redes da classe média. A comparação revela menor interação social (entre indivíduos de diferentes grupos sociais) e maior presença da esfera de sociabilidade denominada “de vizinhança” entre os mais pobres (32% contra 5% da classe média). Qual

o mecanismo que estaria por trás de tal diferencial? Marques conclui que o momento crítico é o de transição da adolescência para a vida adulta, quando a sociabilidade escolar e do mundo do trabalho se tornam os “gatilhos causais que produzem diferenciação entre as redes de pessoas de classe média e de indivíduos em situação de pobreza” (p. 178).

Por outro lado, são as análises minuciosas dos diferentes tipos de rede social dos indivíduos em situação de pobreza que permitem identificar com maior precisão o papel destas nas condições de vida. Vale a pena chamar atenção para dois resultados inéditos do ponto de vista dos estudos sobre a pobreza urbana no Brasil.

A interação entre redes e acesso aos bens de mercado (ter ou não algum tipo de trabalho) emerge nas análises como aspectos altamente associados entre si. Mais do que isto, variáveis consideradas clássicas para explicar o acesso ao mundo do trabalho – como anos de estudo – perdem seu poder explicativo quando analisadas em conjunto com os tipos de sociabilidade dos indivíduos pobres. Tendo em vista que o acesso ao mercado de trabalho para este contingente populacional ainda é fortemente influenciado por mediações pessoais, o estudo mostra que redes sociais menos locais aumentam as chances de obtenção de um emprego com carteira de trabalho assinada e, conseqüentemente, com garantias de direitos trabalhistas e previdenciários. O autor destaca que a direção de causalidade, neste caso, não pode ser entendida como unidirecional, pois ambas as dimensões (tipo de sociabilidade e acesso ao trabalho) se influenciam mutuamente. De qualquer maneira, trata-se efetivamente de um resultado muito relevante não apenas do ponto de vista da produção do conhecimento, como também para o debate público.

No quesito segregação residencial, os resultados são também surpreendentes. Como destacado anteriormente, as proposições teóricas nesse tema tendem a afirmar que viver num espaço segregado produziria menor interação social (inclusive capital social), na medida em que há fortes incentivos para o localismo e dificuldades para conexões externas. Ao contrário do esperado, as análises de Marques mostram que há uma parcela significativa de indivíduos que residiam em locais pobres e segregados porém com uma rede de sociabilidade não restrita

a contatos locais. Na interpretação do autor, isto se dá até mesmo por uma questão de necessidade: em vista do maior isolamento espacial, as pessoas precisam encontrar “pontes” externas. Obviamente, nem todos residentes em locais segregados conseguem manter um padrão de sociabilidade variada, e aí sim os efeitos de isolamento têm forte impacto na condição de pobreza, como o acesso a um emprego com carteira assinada, por exemplo. Contudo, residir num local segregado não determina isolamento social, constatação que contribui em muito para os estudos da área. Como destaca o autor: “as redes efetivamente podem ajudar a reduzir o isolamento causado pela segregação” (p. 152).

Mas é na esfera da sociabilidade propriamente dita que o leitor é introduzido no universo da vida cotidiana dos indivíduos do ponto de vista de uma análise sociológica das interações sociais. A riqueza das informações de caráter mais qualitativo – análise de como as pessoas mobilizam suas redes para resolver problemas de ordem cotidiana (trocas, ajudas e relações de confiança) –, não tem como ser reproduzida em sua integridade no espaço restrito desta resenha. É preciso ler o texto para alcançar plenamente a profusão de significados que resulta da análise – reside aí, a meu ver, a sua maior contribuição.

A estratégia de análise adotada – entrevistas em profundidade com indivíduos que anteriormente haviam sido representados como “números” nas análises quantitativas – permite identificar como ações de reciprocidade social influenciam as condições de vida. Há os mais variados tipos de ajuda – apoio em momento de crise de saúde, acesso a informações sobre emprego, cuidados cotidianos de crianças, empréstimos de pequena monta ou de alto valor, apoio emocional, entre outros –, classificados de acordo com suas formas de mobilização e de seus impactos no bem-estar de indivíduos e suas famílias.

Não apenas pelos resultados substantivos, mas também como exemplo da importância das análises qualitativas na construção de teorias, os dois últimos capítulos apresentam contribuições relevantes. Ao explicitar os mecanismos que efetivamente explicam fenômenos que se mostraram, na primeira parte do livro, estatisticamente correlacionados, podemos avançar no debate sobre as relações de causa-efeito entre redes sociais, segregação e pobreza.

Ao final de suas análises, e como contribuição às proposições analíticas existentes, o autor propõe o “lugar” das redes sociais dentro do fenômeno pobreza urbana: as redes (assim como o espaço) podem ser entendidas como estruturas que contêm mecanismos causais, os quais explicam “o acesso dos indivíduos a diversas estruturas de oportunidades” (p. 57). Para além de fatores considerados clássicos (anos de estudo, *status* migratório, segregação residencial, entre outros), a pesquisa, ao incorporar as relações sociais como um fator central para a explicação e não apenas auxiliar, lança um novo olhar sobre as condições associadas à pobreza urbana e sua reprodução. Marques demonstra teórica e empiricamente que a categoria “redes sociais” tem autonomia analítica no entendimento da pobreza urbana.

Além dessa importante contribuição, o trabalho é também um caso exemplar de como fazer pesquisa orientada para a construção de proposições teóricas de médio alcance. A complexidade dos fatores que afetam o fenômeno da pobreza urbana pressupõe uma estratégia de análise que combine métodos quantitativos e qualitativos, o que é muito bem-vindo no cenário da ciência política brasileira, em que se verifica um crescimento de estudos quantitativos com modelos estatísticos cada vez mais sofisticados, porém muitas vezes desprovidos de justificativas teóricas, cujas “correlações significativas” permanecem sem explicação. A estratégia de Marques, ao contrário, está orientada a ir além de meras correlações estatísticas, propondo-se justamente a explicar como as redes sociais são determinantes na condição de pobreza. Nesse sentido, o livro poderia ser utilizado em disciplinas de pós-graduação como um caso exemplar de estudo fundamentado em métodos mistos de pesquisa.

No decorrer da leitura, subjaz uma indagação recorrente, qual seja, por que as pessoas pobres que habitam os centros urbanos no Brasil convivem apenas com seus iguais? Fruto de uma sociedade com níveis elevados de desigualdade – que vão, como enfatiza Marques, muito além da desigualdade de renda –, a interação social entre diferentes grupos sociais é bastante restrita. Seria possível alterar esse padrão de sociabilidade? Fossem nossas escolas públicas espaços mais diversos socialmente, talvez os padrões de relações sociais se alterassem. Tivéssemos um modelo de cidade em que a construção de

espaços públicos fosse prioridade, talvez resultasse numa interação social mais diversa. Obviamente, afirma o autor, a construção de redes de sociabilidade é complexa e dinâmica, isto é, não existe solução mágica, nem uma intervenção pontual com resultados garantidos. Mais do que isto, trata-se de um universo em que não há como (e nem desejável seria) impor regras de sociabilidade. Afinal, a proximidade física não garante interação social.

Por fim, concordo com o autor no sentido de que os achados nessa área de pesquisa podem vir a ser muito úteis na formulação de políticas de combate à pobreza, especialmente no que se refere à complexa (e ainda pouco estudada no Brasil) etapa de sua implementação. Mas ousaria dizer que este referencial pode também servir de base para estimular um debate sobre a discricionariedade dos “burocratas de nível de rua”. Pudéssemos contar, por exemplo, com agentes implementadores de políticas que partissem da noção de heterogeneidade de condições de pobreza e de um monitoramento mais próximo das trajetórias de indivíduos e famílias, poderíamos efetivamente caracterizar situações prioritárias de vulnerabilidade social ou até mesmo sermos capazes de antecipá-las. Exemplo disso seria a incorporação de critérios de monitoramento que levassem em conta os momentos críticos nas trajetórias de vida, como no caso de uma família monoparental com filhos pequenos que enfrenta uma situação de desemprego ou doença, cuja falta de ajuda estatal ou de uma rede pode levar rapidamente à extrema pobreza (p. 98). Neste cenário menos padronizado e menos burocratizado sobre o que deveria ser a proteção social, talvez se tornasse possível a existência de ações mais efetivas.

Por que não dizer que um enfoque deste tipo permitiria, inclusive, vislumbrar as tão faladas portas de saída da pobreza. Evidentemente, como o próprio autor chama a atenção, ainda é incipiente a acumulação de evidências nesses espaços microsociais de forma sistemática o suficiente para orientar ações de políticas públicas. Ainda assim, *Redes sociais, segregação e pobreza* é um excelente começo.

**SANDRA GOMES**

**é professora do Departamento de Políticas Públicas da UFRN.**

**E-mail: <sgomes.vaughan@gmail.com>.**

### ***Ampliando o campo de visão da antropologia do esporte\****

Luis Henrique TOLEDO & Carlos Eduardo COSTA (orgs.). *Visão de jogo: antropologia das práticas esportivas*. São Paulo, Terceiro Nome, 2009. 279 páginas.

*Wagner Xavier de Camargo*

Ver, atributo da visão, será reconvertido em olhar, disposição incorporada a partir de treinamentos específicos, que têm sua aquisição nas técnicas social e culturalmente construídas. Embora nasçamos com a capacidade de ver, não vemos indiscriminadamente, mas somente aquilo que somos treinados pelo exercício prático (p. 243).

Essa consideração de Claudemir Santos sobre os treinamentos práticos nas escolinhas de futebol, para que alunos desenvolvam a habilidade não apenas de *ver*, mas de *olhar* e “interpretar” a melhor ação ou jogada, serve de mote introdutório desta resenha e perpassa os dez ensaios organizados por Luiz H. Toledo e Carlos E. Costa em *Visão de jogo*.

Assim como mostrou Alfredo Bosi (1988), que distintos momentos da história do pensamento ocidental podem ajudar a redimensionar nosso conceito de “olhar”, a obra em foco destaca que, mais do que uma antropologia do futebol ou dos esportes, temos uma antropologia das práticas esportivas, multifocal, polifônica e polissêmica no tocante às práticas corporais engendradas em ambientes esportivos.

Com exceção do último artigo, os textos reunidos nesta coletânea são sistematizações de estudos anteriores de seus autores – textos de iniciação científica, dissertações de mestrado e trabalho de pós-doutorado –, a maioria vinculada ao projeto quadrianual “Jovem Pesquisador” financiado pela Fapesp. No geral, eles trazem percursos investigativos via práticas etnográficas: arsenal teórico-metodológico singular no escopo antropológico e de

\* Agradeço aos colegas do grupo “Esporte e Sociedade”, vinculado ao Núcleo de Estudos e Pesquisas Educação e Sociedade Contemporânea da UFSC, pelas estimulantes discussões.